

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.094
Preferenciais	0
Total	632.529.094
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.448.366	2.392.820
1.01	Ativo Circulante	295.296	252.415
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.163	8.431
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.713	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.713	0
1.01.03	Contas a Receber	26.380	24.409
1.01.03.01	Clientes	26.380	24.409
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.278	14.249
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.278	14.249
1.01.07	Despesas Antecipadas	502	3.205
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	209.260	202.121
1.01.08.03	Outros	209.260	202.121
1.01.08.03.01	Concessão do serviço publico (ativo contrato)	199.457	191.040
1.01.08.03.02	Outros Créditos	9.803	11.081
1.02	Ativo Não Circulante	2.153.070	2.140.405
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.151.577	2.138.719
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	97.013	66.001
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.054.564	2.072.718
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	311	294
1.02.01.10.06	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	2.049.190	2.069.403
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	2.134	3.021
1.02.01.10.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.929	0
1.02.03	Imobilizado	402	407
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	402	407
1.02.04	Intangível	1.091	1.279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.448.366	2.392.820
2.01	Passivo Circulante	209.960	213.380
2.01.02	Fornecedores	2.547	8.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.547	8.074
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.547	8.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.826	5.125
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.826	5.125
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.826	5.125
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	112.476	105.232
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.154	16.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.154	16.154
2.01.04.02	Debêntures	96.322	89.078
2.01.05	Outras Obrigações	92.111	94.949
2.01.05.02	Outros	92.111	94.949
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	76.824	79.464
2.01.05.02.04	Outras passivos	7.388	10.560
2.01.05.02.05	Participações de empregados e administradores	487	952
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	1.369	931
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	2.361	2.427
2.01.05.02.08	Encargos de dívidas	593	615
2.01.05.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.089	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.240.690	1.208.310
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	639.171	620.735
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	132.077	94.229
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	82.114	94.229
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	49.963	0
2.02.01.02	Debêntures	507.094	526.506
2.02.02	Outras Obrigações	213.054	213.749
2.02.02.02	Outros	213.054	213.749
2.02.02.02.03	Fornecedores	3.865	3.722
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	1.169	704
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições sociais	208.000	209.091
2.02.02.02.06	Outros passivos	20	232
2.02.03	Tributos Diferidos	348.019	334.973
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	348.019	334.973
2.02.04	Provisões	40.446	38.853
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.446	38.853
2.03	Patrimônio Líquido	997.716	971.130
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	52.227	70.917
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	18.690
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	52.227	52.227
2.03.04	Reservas de Lucros	267.684	267.684
2.03.04.01	Reserva Legal	29.990	29.990
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.654	37.654

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	190.391	190.391
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.649	9.649
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	45.276	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.317	125.396	27.052	123.933
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	2.477	4.052	2.422	3.451
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão	23.840	121.344	24.630	120.482
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.399	-13.366	-20.768	-31.124
3.02.01	Pessoal e administradores	-2.625	-7.599	-6.507	-8.583
3.02.02	Benefício pós-emprego	-48	-128	-10	-34
3.02.03	Material	-74	-2.118	-4.357	-9.504
3.02.04	Serviços de terceiros	-630	-1.428	-6.398	-11.864
3.02.06	Custo de construção	-222	-1.113	-1.566	927
3.02.12	Outras	-800	-980	-1.930	-2.066
3.03	Resultado Bruto	21.918	112.030	6.284	92.809
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.834	-4.687	-6.331	-19.116
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.609	-4.462	-6.331	-18.798
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-659	-1.159	1.168	-5.209
3.04.02.02	Benefício pós-emprego	-16	-47	-14	-32
3.04.02.03	Material	-172	-285	14	-180
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-308	-308	-4.051	-8.473
3.04.02.05	Amortização e Depreciação	-100	-207	-138	-373
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais	-692	0	0	0
3.04.02.07	Provisão para Contingências	0	530	-2.161	-1.103
3.04.02.08	Outras	-662	-2.986	-1.149	-3.428
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-225	-225	0	-318
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.084	107.343	-47	73.693
3.06	Resultado Financeiro	-14.137	-46.381	-11.176	-42.676
3.06.01	Receitas Financeiras	3.254	7.370	3.078	6.960
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	2.677	6.286	1.750	5.525
3.06.01.02	Atualização depósitos judiciais	6	18	5	14

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.06.01.07	Outras receitas	571	1.066	1.323	1.421
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.391	-53.751	-14.254	-49.636
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-5.780	-17.236	-6.120	-18.446
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-10.336	-33.527	-8.907	-29.401
3.06.02.04	Atualização contingência	-616	-2.123	982	-981
3.06.02.05	Ajuste valor presente de ativos	-4	12	24	-166
3.06.02.06	Marcação a mercado derivativos	-202	-202	0	0
3.06.02.07	Marcação a mercado da dívida	202	202	0	0
3.06.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	42	42	0	0
3.06.02.09	Outras despesas financeiras	-697	-919	-233	-642
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.947	60.962	-11.223	31.017
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	184	-15.686	2.185	-10.552
3.08.01	Corrente	-942	-2.640	4.968	860
3.08.02	Diferido	1.126	-13.046	-2.783	-11.412
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.131	45.276	-9.038	20.465
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.131	45.276	-9.038	20.465
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0081	0,0716	-0,0143	0,0323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	5.131	45.276	-9.043	20.451
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.131	45.276	-9.043	20.451

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	108.600	60.036
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.853	-44.001
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do período	45.276	20.451
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.686	10.552
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	1.091	661
6.01.01.04	Remuneração do Ativo de contrato de concessão	-121.344	-120.482
6.01.01.05	Despesas com juros e variações monetárias - líquidas	46.784	43.410
6.01.01.07	Amortização e depreciação	207	373
6.01.01.08	Provisões para riscos cíveis, fiscais e ambientais	-530	1.103
6.01.01.10	Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-23	-69
6.01.01.13	Marcação a mercado derivativos	202	0
6.01.01.14	Marcação a mercado da dívida	-202	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	121.453	104.037
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	858	-4.052
6.01.02.02	Diminuição de consumidores e concessionárias	132.305	126.419
6.01.02.08	Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados	1	-15
6.01.02.09	Diminuição de despesas pagas antecipadamente	2.703	564
6.01.02.11	Diminuição (aumento) de outros créditos	1.188	-4.331
6.01.02.12	(Diminuição) de fornecedores	-5.384	-16
6.01.02.13	(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais	-5.109	1.111
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.012	-2.072
6.01.02.15	Aumento de Encargos do Consumidor	489	380
6.01.02.16	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	0	-20.479
6.01.02.17	Aumento de obrigações estimadas	438	782
6.01.02.18	(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	-4.024	5.746
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.625	9.238
6.02.05	Aplicações Financeiras e recursos vinculados	-48.439	8.778
6.02.06	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-1.113	577
6.02.07	Aplicações no imobilizado	-41	-94
6.02.08	Aplicações no intangível	-32	-23
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.243	-69.415
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	50.000	0
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-57.486	-53.676
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-17.417	-18.245
6.03.04	Pagamento de dividendos	-2.640	0
6.03.07	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	32	-94
6.03.08	Recursos destinados a aumento de capital	-18.690	2.600
6.03.11	(Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-42	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.732	-141
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.431	7.772
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.163	7.631

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.690	0	0	0	-18.690
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-18.690	0	0	0	-18.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.276	0	45.276
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.276	0	45.276
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	267.684	45.276	0	997.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.600	0	0	0	2.600
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	2.600	0	0	0	2.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.451	0	20.451
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.451	0	20.451
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	54.827	228.363	20.451	0	936.170

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	145.614	143.050
7.01.02	Outras Receitas	145.614	143.050
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.547	-35.458
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.139	-30.409
7.02.04	Outros	-3.408	-5.049
7.02.04.03	Outros	-3.408	-5.049
7.03	Valor Adicionado Bruto	138.067	107.592
7.04	Retenções	-207	-373
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-207	-373
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	137.860	107.219
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.729	7.283
7.06.02	Receitas Financeiras	7.729	7.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	145.589	114.502
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	145.589	114.502
7.08.01	Pessoal	7.528	11.902
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.001	10.289
7.08.01.02	Benefícios	1.089	1.039
7.08.01.03	F.G.T.S.	438	574
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.668	31.598
7.08.02.01	Federais	37.667	31.575
7.08.02.02	Estaduais	0	23
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.117	50.551
7.08.03.01	Juros	53.751	49.636
7.08.03.02	Aluguéis	1.366	915
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.276	20.451
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	45.276	20.451

Comentário do Desempenho

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 3º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 06 de novembro de 2025 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T25) e nove meses (9M25) de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	179,5 ^(a)	18,3	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 9,4 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Comentário do Desempenho

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	0,2	1,7	- 88,2	1,2	(1,0)	-
Receita de operação e manutenção	2,9	2,5	+ 16,0	8,3	7,8	+ 6,6
Remuneração dos ativos de concessão	23,8	24,6	- 3,4	121,3	120,5	+ 0,6
Outras receitas operacionais	4,5	3,4	+ 30,8	14,9	15,7	- 5,4
Total da receita bruta	31,4	32,1	- 2,2	145,6	143,1	+ 1,7
Deduções da receita	(5,1)	(5,1)	+ 1,0	(20,2)	(19,1)	+ 5,8
Receita operacional líquida	26,3	27,1	- 2,8	125,3	123,9	+ 1,1
PMSO	(6,7)	(23,2)	- 71,2	(17,0)	(49,4)	- 65,5
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(0,2)	(2,2)	- 89,6	0,3	(1,4)	-
Custo de construção	(0,2)	(1,6)	- 85,8	(1,1)	0,9	-
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,1)	- 28,3	(0,2)	(0,4)	- 44,7
Resultado financeiro	(14,1)	(11,2)	+ 26,5	(46,4)	(42,7)	+ 8,7
Contribuição social e imposto de renda	0,2	2,2	- 91,6	(15,7)	(10,6)	+ 48,7
Lucro líquido	5,1	(9,0)	-	45,2	20,5	+ 120,2
EBITDA	19,2	0,1	+ 21.140,8	107,6	74,1	+ 45,2
Margem EBITDA (%)	73,1	0,3	+ 21.746,8	85,8	59,8	+ 43,7

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 26,3 milhões no 3T25, uma redução de R\$ 0,8 milhão em comparação ao 3T24 ocasionada pelas reduções da receita de construção ocasionado pelo menor volume realizado de CAPEX, e menor reconhecimento de remuneração do ativo, em função das amortizações ocorridas no período.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 6,7 milhões no 2T25, uma redução de R\$ 16,5 milhões na comparação com 2T25 devido aos seguintes eventos:

- (i) Menores gastos de pessoal em função de desativação de mão de obra contratada pontualmente para a implementação dos projetos de melhoria (R\$ 4,1 milhões);
- (ii) Redução de gastos com serviços de terceiros em função da internalização das atividades O&M (R\$ 3,4 milhões);
- (iii) Menores aquisições de sobressalentes e materiais para implementação de melhorias nas infraestruturas das concessões do grupo (R\$ 3,5 milhões).

Demais despesas operacionais: No 3T25, a rubrica teve resultado positivo de R\$ 0,2 milhão, redução de R\$ 2,0 milhões ocasionado principalmente pelas alterações de prognóstico de contingências.

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 1,4 milhão no 3T25 em comparação com o 3T24 devido menores gastos de reforços.

Comentário do Desempenho

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 19,2 milhões no 3T25, aumento de R\$ 19,1 milhões comparado com o registrado em 3T24, ocasionado principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 14,1 milhões no 3T25, ocasionando uma redução de R\$ 2,9 milhões na comparação com 3T24, devido aos seguintes eventos:

- (i) Pagamentos de IOF e atualização de contingências (-R\$ 2,1 milhões);
- (ii) Aumento dos encargos de dívida, ocasionado pela variação da TJLP (-R\$ 1,4 milhão);

Os efeitos acima foram compensados pelo aumento das receitas financeiras (+0,2 milhão).

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 5,1 milhões no 3T25, aumento de R\$ 14,1 milhões na comparação com 3T24 em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Total da receita bruta	54,4	46,8	+ 16,2	157,4	150,2	+ 4,8
Deduções da receita	(7,2)	(6,4)	+ 12,7	(21,3)	(19,8)	+ 7,7
Receita operacional líquida	47,1	40,4	+ 16,8	136,1	130,4	+ 4,4
PMSO	(6,7)	(9,7)	- 30,7	(17,3)	(22,5)	- 23,1
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(0,2)	(2,2)	- 89,7	0,3	(1,5)	-
Amortização / Depreciação	(12,0)	(12,0)	+ 0,0	(35,9)	(35,9)	+ 0,0
Resultado financeiro	(14,1)	(11,2)	+ 26,2	(46,4)	(42,5)	+ 9,1
Contribuição social e imposto de renda	(2,9)	(2,8)	+ 5,8	(7,5)	(8,9)	- 15,7
Lucro líquido	11,2	2,6	+ 333,3	29,4	19,2	+ 52,8
EBITDA Regulatório	40,2	28,5	+ 41,0	119,1	106,5	+ 11,9
Margem EBITDA (%)	85,3	70,6	+ 14,7 p.p.	87,5	81,6	+ 5,9 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida regulatória: No 3T25, a LXTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 47,1 milhões, R\$ 6,7 milhões maior do que o registrado no 3T24 devido aos seguintes eventos:

- (i) Reajuste tarifário para o ciclo 2025 - 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL.
- (ii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA), (+R\$ 0,3 milhão);

PMSO: A linha de PMSO alcançou R\$ 6,7 milhões, uma redução de R\$ 3,0 milhões no 3T25 em comparação com o 3T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal de -R\$ 3,1 milhões.

Demais despesas operacionais: No 3T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 2,0 milhões.

Comentário do Desempenho

EBITDA regulatório: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 40,2 milhões no 3T25, aumento de R\$ 11,7 milhões acima do registrado no 3T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 14,1 milhões no 3T25, ocasionando um aumento de R\$ 2,9 milhões na comparação com 3T24, devido aos seguintes eventos:

- (i) Pagamentos de IOF e atualização de contingências (-R\$ 2,1 milhões);
- (ii) Aumento dos encargos de dívida, ocasionado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (-R\$ 1,4 milhão);

Os efeitos acima foram compensados pelo aumento das receitas financeiras (+0,2 milhão).

Lucro (Prejuízo) líquido regulatório: No 3T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 11,2 milhões, R\$ 8,6 milhões maior do que o lucro apresentado no 3T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 141,9 milhões em setembro de 2025, frente aos R\$ 83,9 milhões registrados em junho de 2025.

Em setembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 610,5 milhões, contra R\$ 608,4 milhões em junho de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025
Circulante	116,2	107,7	111,1
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	16,2
Debêntures	96,3	91,0	94,3
Encargos de dívidas	0,6	0,5	0,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	3,1	-	-
Não Circulante	636,2	584,5	628,1
Empréstimos e financiamentos	132,1	86,2	90,2
Debêntures	507,1	498,4	537,9
Total das dívidas	752,4	692,3	739,2
(-) Disponibilidades financeiras	141,9	83,9	102,7
Total das dívidas líquidas	610,5	608,4	636,5

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o período findo em 30 de setembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A – linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 008/2008 – ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, composto por linhas de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

Notas Explicativas

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII – Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida(RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica		Total	Total
		RBL	RBNi	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LXTE	008/2008	169.854	9.661	179.514	170.447

2. Apresentação das informações financeiras trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas na imprensa oficial em 22 de março de 2025.

Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2025.

Notas Explicativas

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações que ainda não estão em vigor

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Normas	Descrição
Alterações CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
Alterações CPC 02 (R4)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas informações trimestrais.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo International Accounting Standards Board – IASB, mas ainda não vigentes, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos principalmente, por caixa, depósitos bancários à vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.760	8.431
Operações Compromissadas	19.403	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante (*)	21.163	8.431

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2025 equivale a 97,9% (96,6% do CDI em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

	30/09/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	51.744	49.120
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	349	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	14	-
Fundo Multimercado	2.999	-
Fundo de Renda Fixa	10.769	-
Letra Financeira (LFT)	3.062	-
Letra Financeira (LF)	2.345	-
Nota de Crédito	37	-

Notas Explicativas

	30/09/2025	31/12/2024
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	616	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.522	-
Recursos vinculados	45.269	16.881
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	120.726	66.001
Circulante	23.713	-
Não Circulante	97.013	66.001

⁽¹⁾ Inclui R\$51.744 (R\$49.120 em 31 de dezembro de 2024) referente a garantias de debêntures.

5. Concessionárias e permissionárias

	30/09/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	29.963	27.811
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	-	181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD ⁽¹⁾	(3.583)	(3.583)
Total - circulante	26.380	24.409

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

6. Tributos a recuperar

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	13.770	14.855
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.426	2.310
Contribuições ao PIS e à COFINS	12	12
Outros	204	93
Total	16.412	17.270
Circulante	14.278	14.249
Não circulante	2.134	3.021

7. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	14.357	17.213
Base negativa da contribuição social	5.169	6.197
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	6.399	5.969
Contribuição social	2.305	2.149
Total - ativo não circulante	28.230	31.528
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(276.654)	(269.486)
Contribuição social	(99.595)	(97.015)
Total - passivo não circulante	(376.249)	(366.501)

Notas Explicativas

Total líquido – passivo não circulante	(348.019)	(334.973)
--	-----------	-----------

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	30/09/2025		31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	57.432	19.527	68.853	23.410
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	17.843	6.067	16.250	5.525
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	3.583	1.218	3.583	1.218
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	1.209	411	1.208	411
Marcação a mercado – derivativos	160	55	-	-
Outras adições temporárias	2.801	952	2.838	964
Instrumentos financeiros – empréstimos	(202)	(69)	-	-
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.106.413)	(376.180)	(1.077.945)	(366.501)
Total líquido – passivo não circulante	(1.023.587)	(348.019)	(985.213)	(334.973)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	3.004
2027	3.773
2028	5.172
2029	6.531
2030 a 2032	9.750
Total	28.230

Em 30 de setembro de 2025 e 2024 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado dos períodos, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.947	60.962	(11.228)	31.003
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(1.682)	(20.727)	3.818	(10.541)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(8)	(9)	(11)	(11)
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	-	-	(16)	-
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	36	103	(60)	-
Incentivos fiscais – Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽³⁾	1.955	5.331	(1.546)	-
Outros	(117)	(384)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	184	(15.686)	2.185	(10.552)
Alíquota efetiva	3,72%	25,73%	19,46%	34.04%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.
- (3) Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para os exercícios de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019.

8. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 83,34% do capital total.

As transações com partes relacionadas efetuadas durante o período findo em 30 de setembro de 2025 pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Debentures – outras despesas financeiras ⁽⁵⁾	Saldo a (pagar)	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(49)	-	-	-	-	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(1.662)	(854)	-	-	(473)	-	-
Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A	-	(27)	630	-	(4)	-	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A	-	(8)	438	-	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A	-	(68)	1.586	-	(8)	-	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	-	(9)	357	-	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A	-	(114)	987	-	(17)	-	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	-	(297)	678	-	(31)	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	-	(134)	193	-	(15)	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	-	(11)	575	-	-	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	-	(8)	271	-	(1)	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(28)	-	-	(3)	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	-	(2)	-	-	-	-	-
30/09/2025	(1.711)	(1.560)	5.715	-	(554)	-	-
31/12/2024	-	-	-	-	(495)	181	(18.690)
30/09/2024	(7.573)	(1.512)	4.789	(2.185)	-	-	-

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;

(2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares – contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

Notas Explicativas

- (4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.;
- (5) Rede Power Holding de Energia S/A adquiriu no mercado parte das debêntures de 2ª emissão, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 12. As debêntures foram negociadas em 08/2024.
- (6) Em setembro de 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista.

Remuneração dos administradores:

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de setembro de 2025, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3º Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual ⁽²⁾	179.514

- (1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.
- (2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no período/exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	30/09/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	2.260.443	2.252.589

Notas Explicativas

Ativo de Contrato de Concessão	30/09/2025	31/12/2024
Receita de remuneração do ativo de contrato	121.344	174.869
Receita das margens da obrigação de performance de construção	23	26
Receita de operação e manutenção	8.250	10.359
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(113)	(127)
Receita de construção da infraestrutura	1.226	1.371
Recebimento RAP	(142.526)	(178.644)
Saldo Final	2.248.647	2.260.443
Circulante	199.457	191.040
Não Circulante	2.049.190	2.069.403

10. Fornecedores

	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores de Materiais	1.469	1.451
Fornecedores de Serviços	4.943	10.345
Total	6.412	11.796
Circulante	2.547	8.074
Não Circulante	3.865	3.722

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação Mercado da dívida	Saldos em 30/09/2025
Moeda Nacional							
Pré Fixado	110.998	-	(12.114)	(5.874)	5.779	-	98.789
Total moeda nacional	110.998	-	(12.114)	(5.874)	5.779	-	98.789
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	50.000	-	-	237	-	50.237
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(202)	(202)
Total em moeda estrangeira	-	50.000	-	-	237	(202)	50.035
Total	110.998	50.000	(12.114)	(5.874)	6.016	(202)	148.824
Circulante	16.769						16.747
Não circulante	94.229						132.077

	Saldos em 31/12/2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldos em 31/12/2024
Moeda nacional					
Pré Fixado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Total	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Circulante	16.825				16.769
Não circulante	110.382				94.229

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Notas Explicativas

Operação	Total		Encargos financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de Swap) (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	30/09/2025	31/12/2024								
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	98.789	110.998	PRÉ + 10,00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	7,41%	-	R + S	ICSD
Total em moeda nacional	98.789	110.998								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58871	50.237	-	USD + 3,54%	CDI + 0,73%	set/27	Final	-11,47%	10,91%	A	N/A
Marcação à Mercado De Dívida ⁽⁵⁾	(202)	-								
Total em moeda estrangeira	50.035	-								
Total LMTE	148.824	110.998								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações no período findo de 30 de setembro de 2025.

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18;

(3) R = Recebíveis e S = Seguro

(4) **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requer em a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 18);

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

	30/09/2025	31/12/2024
US\$ x R\$	-14,11%	27,90%
CDI	10,36%	10,88%

Vencimentos:

Em 30 de setembro de 2025, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2025
2026	4.038
2027	66.117
2028	16.154
2029	16.154
Após 2029	29.614
Total	132.077

Notas Explicativas

12. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	30/09/2025
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	159.432	(5.713)	(9.174)	12.029	156.574
TJLP	466.274	(39.659)	(2.369)	31.668	455.914
(-) Custo com captação	(10.122)	-	-	1.050	(9.072)
Total	615.584	(45.372)	(11.543)	44.747	603.416
Circulante	89.078				96.322
Não circulante	526.506				507.094

	31/12/2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	31/12/2024
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	156.501	(4.643)	(9.419)	16.993	159.432
TJLP	508.373	(75.091)	(5.057)	38.049	466.274
(-) Custo com captação	(11.522)	-	-	1.400	(10.122)
Total	653.352	(79.734)	(14.476)	56.442	615.584
Circulante	82.668				89.078
Não circulante	570.684				526.506

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	30/09/2025	31/12/2024								
Debentures 1ª Emissão ⁽²⁾	455.914	466.274	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1.00%	out/30	Semestral a partir de out/15	4,57%	R + S + B	ND
Debentures 2ª Emissão	156.574	159.432	29/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	abr/36	Anual a partir de abr/23	5,88%	A	2
(-) Custos de captação	(9.072)	(10.122)								
Total	603.416	615.584								

(1) **Garantias:** A = Aval Energisa S/A

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$51.744 (R\$49.120 em 31 de dezembro de 2024).

R = Recebíveis

S = Seguro

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 30 de setembro de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

(3) **Condições de covenants**

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

^(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2025
2026	40.905
2027	91.004
2028	84.408
2029	83.583
Após 2029	207.194
Total	507.094

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos/exercícios:

Moeda/indicadores	30/09/2025	31/12/2024
TJLP	6,33%	6,19%
IPCA	3,03%	4,83%

13. Impostos e contribuições sociais

	30/09/2025	31/12/2024
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	210.079	210.981
Encargos Sociais	95	109
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	330	-
Imposto Sobre Serviços – ISS	121	121
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6	120
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	195	2.885
Total	210.826	214.216
Circulante	2.826	5.125
Não circulante	208.000	209.091

^(*) PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, fiscal e ambiental.

14.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução

Notas Explicativas

do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cível	Fiscal	Ambiental	30/09/2025	31/12/2024
Saldo inicial 31/12/2024 e 31/12/2023 – não circulante	1.191	17.539	20.123	38.853	65.043
Provisões e reversões líquidas	(530)	-	-	(530)	(6.959)
Pagamentos realizados	-	-	-	-	(20.480)
Atualização monetária	(20)	1.379	764	2.123	1.249
Saldo final 30/09/2025 e 31/12/2024 – não circulante	641	18.918	20.887	40.446	38.853

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$311 (R\$294 em 31 de dezembro de 2024), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS objetivando a cobrança de suposto crédito tributário e pedido de compensação de tributos federais.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/09/2025	31/12/2024
0002402-76.2014.8.14.0138	Execuções Fiscais	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 17.09.2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	13.590	12.350

Ambiental

Ação ambiental que discute ausência de licenciamento ambiental.

Principal processo:

Notas Explicativas

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/09/2025	31/12/2024
5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental.	20.887	20.123

Por determinação da justiça efetuamos o pagamento parcial deste processo em setembro de 2024.

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Fiscal	30/09/2025	31/12/2024
Saldo inicial 31/12/2024 e 31/12/2023	49.679	49.679	45.296
Mudança de prognóstico e valor pedido	-	-	655
Atualização monetária	4.989	4.989	3.728
Saldo final 30/09/2025 e 31/12/2024	54.668	54.668	49.679

Fiscal

Ação fiscal envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS.

Processo	Tipo de Ação	Objeto	30/09/2025	31/12/2024
0001307-30.2019.8.14.0075	Execução Fiscal	Processo ajuizado em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS. A posição da Companhia é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria. Processo aguardando julgamento.	54.668	49.679

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529 (R\$632.529 em 31 de dezembro 2024) representando 632.529.094 (632.529.094 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.094
	632.529.094

Notas Explicativas

15.2 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 - Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No período findo em 30 de setembro de 2025 a Companhia apurou R\$5.331 (não contabilizou valores em 30 de setembro 2024) de redução de imposto de renda e adicionais.

16. Receita operacional

Descrição	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receita de construção de infraestrutura	244	1.226	1.725	(1.022)
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura	(22)	(113)	(160)	94
Receita das margens da obrigação de performance da construção	4	23	33	(25)
Receita de operação e manutenção	2.889	8.250	2.505	7.815
Receita de remuneração do ativo de contrato	23.840	121.344	24.630	120.482
Outras receitas	4.487	14.884	3.391	15.706
Total de receita operacional bruta	31.442	145.614	32.124	143.050
Deduções da receita operacional				
PIS corrente	(897)	(2.597)	(772)	(2.478)
PIS diferido	379	195	242	118
COFINS corrente	(4.133)	(11.963)	(3.556)	(11.415)
COFINS diferido	1.742	896	1.115	543
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(2.050)	(6.269)	(1.944)	(5.425)
Taxa de fiscalização	(166)	(480)	(157)	(460)
Total de dedução da receita	(5.125)	(20.218)	(5.072)	(19.117)
Receita operacional líquida	26.317	125.396	27.052	123.933

17. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Numerador				
Lucro líquido do período	5.131	45.276	(9.043)	20.451
Denominador (em milhares de ações)				

Notas Explicativas

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Média ponderada de número de ações	632.529	632.529	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$(¹)	0,0081	0,0716	(0,0143)	0,0323

(¹) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

1.1. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	30/09/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	21.163	21.163	8.431	8.431
Concessionárias e permissionárias	2	26.380	26.380	24.409	24.409
		47.543	47.543	32.840	32.840
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	120.726	120.726	66.001	66.001
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.929	2.929	-	-
		123.655	123.655	66.001	66.001

	Nível	30/09/2025		31/12/2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	6.412	6.412	11.796	11.796
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	702.205	702.088	726.582	728.494
		708.617	708.500	738.378	740.290
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.089	3.089	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		50.035	50.035	-	-
		53.124	53.124	-	-

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de setembro de 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Notas Explicativas

1.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 30 de setembro de 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$202 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

1.3. Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue::

	30/09/2025	31/12/2024
Dívida ⁽¹⁾	752.240	726.582
Caixa e equivalentes de caixa	(21.163)	(8.431)
Dívida líquida	731.077	718.151
Patrimônio líquido	997.716	971.130
Índice de endividamento líquido	0,73	0,74

Notas Explicativas

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 11 e 12.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		2.547	-	-	-	3.865	6.412
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14.76%	57.604	77.096	381.600	399.569	130.146	1.046.015
Instrumentos financeiros derivativos		1.177	1.912	(2.929)	-	-	160
Total		61.328	79.008	378.671	399.569	134.011	1.052.587

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, e demais instalações de transmissão - DIT é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	30/09/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	21.163	8.431
Concessionárias e permissionárias	5	26.380	24.409
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	120.726	66.001

Notas Explicativas

c) Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$761.312 (R\$736.704 em 31 de dezembro de 2024), onde R\$50.035 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 11 e 12.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 30 de setembro de 2025 com redução de 14,11% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,3186/USD (R\$6,1923/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2025 era de 7,33%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	30/09/2025	31/12/2024
Ativo não circulante	2.929	-
Total do ativo	2.929	-
Passivo circulante	3.089	-
Total do passivo	3.089	-

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 – BOCOM BBM	9.432	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2025	31/12/2024		30/09/2025	31/12/2024
Dívida designada para Fair Value Option	50.000	-	Moeda Estrangeira	(50.043)	-
Swap Cambial (Derivativo)	50.000	-	Posição ativa		
			Moeda Estrangeira	50.043	-
			Posição passiva		
			Taxa de Juros CDI	(50.203)	-
			Posição Líquida Swap	(160)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(50.203)	-

Notas Explicativas

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de setembro de 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

1.4. Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 30 de setembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(50.000)		(44.898)	(56.133)	(67.368)
Variação Dívida	-		5.102	(6.133)	(17.368)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta do Dólar			
Instrumentos Financeiros Derivativos	50.043		44.941	56.176	67.411
Variação - USD e LIBOR	-		(5.102)	6.133	17.368
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(50.203)		(50.203)	(50.203)	(50.203)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	(160)		(5.262)	5.973	17.208
Total Líquido	(50.160)		(50.160)	(50.160)	(50.160)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre o dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$50.160 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	120.726	Alta CDI	15.091	18.864	22.637
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(50.203)	Alta CDI	(6.275)	(7.844)	(9.413)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(455.914)	Alta TJLP	(40.394)	(50.493)	(60.591)
	(156.574)	Alta IPCA	(4.744)	(5.930)	(7.116)
Subtotal (2)	(662.691)		(51.413)	(64.267)	(77.120)
Total -perdas (2)	(541.965)	-	(36.322)	(45.403)	(54.483)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2026 (12,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2025, TJLP 8,86% e IPCA 3,03% ambos ao ano;

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$98.621.

19. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R2).

Em 30 de setembro de 2025, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$175 (R\$66 em 30 de setembro de 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do período.

20. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/09/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	11
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3	3
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	653	2.619
Responsabilidade Civil Obras	30/04/2025	15.000	-	46
Riscos de Engenharia (RE)	30/11/2025	47.200	68	68
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	7.099	19	38
Auto-Frota	23/10/2026	1.000/veículo	1	2
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	3
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	2
			759	2.792

Notas Explicativas

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2025	31/12/2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	121.344	174.869
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(90)	(101)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	118	803
Arrendamento mercantil – IFRS 16	(59)	94
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	118	803
Intangível	(59)	94

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC – SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos

Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 6 de novembro de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 6 de novembro de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG